

## O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DO NORDESTE BRASILEIRO EM PERSPECTIVAS

PEDRO SISNANDO LEITE (\*)

### 1. *A Região Nordeste e sua Problemática*

O Nordeste brasileiro constitui uma das áreas especiais de ação governamental para o desenvolvimento regional do País. Compreende uma extensão de 1,6 milhão de km<sup>2</sup> e representa 14% da superfície do Brasil, abrangendo nove Estados da Federação <sup>(1)</sup>. A área total desses estados é aproximadamente igual ao conjunto do espaço ocupado pela Alemanha Ocidental, França, Itália, Suíça, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

A população da Região duplicou nos últimos trinta anos, montando em 1972 a 30 milhões de habitantes, afora uma parcela que emigrou para outras regiões do País. Há mais de 100 países com efetivos demográficos inferiores ao dessa Região. Nos últimos dez anos, a taxa de crescimento demográfico foi de 2,6% a.a., contra 2,2% na década de quarenta, o que bem indica a aceleração no ritmo de crescimento nesse particular. Estima-se que em 1980 a população do Nordeste será de 37,8 milhões de habitantes, com 50% da população no quadro urbano.

Por sua vez, o produto interno bruto é estimado para 1972 em 7,1 bilhões de dólares, isto é, aproximadamente 14% do PIB do Brasil. Em decorrência disso, a renda "per capita" atingiu US\$ 236 nesse ano. Parece, assim, inevitável reconhecer que o Nordeste é uma região subdesenvolvida e economicamente retardada em confronto com outras áreas

---

(\*) Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Banco do Nordeste do Brasil e Professor de Economia Rural e Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Ceará.

(1) Os Estados são: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

ou com o País como todo. Apesar de ser a região de mais antiga colonização no Brasil, esteve relativamente estagnada durante muitos anos, enquanto outras regiões cresciam e prosperavam economicamente.

Como resultante dessas diferenças de crescimento, acentuaram-se as disparidades entre o Nordeste e a maior parte do País. Enquanto em 1947, por exemplo, a renda “per capita” do Nordeste representava 43% da nacional, em 1965 esta percentagem decresceu para 37%.

Em decorrência, os problemas de desenvolvimento regional passaram a ser objeto de grande atenção do Governo Federal, que tem reafirmado em seus planos de ação o propósito de diminuir as disparidades existentes, dentro de um esquema de desenvolvimento social mais justo.

Uma mudança radical nas políticas de desenvolvimento do Nordeste teve início na década de cinquenta com a criação de novas agências de desenvolvimento, tais como: o Banco do Nordeste do Brasil <sup>(2)</sup> e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) <sup>(3)</sup>, assim como através da reestruturação de outras instituições regionais.

A partir de então, passou o Nordeste a apresentar uma reversão nas suas tendências de crescimento de tal modo que, em 1968, sua posição em relação ao Brasil havia se restabelecido. Além disso, durante os anos de sessenta foram estabelecidas as bases essenciais de infraestrutura e aparato de políticas econômicas para um desenvolvimento mais acelerado e duradouro. No final da década, a taxa de crescimento da economia já havia atingido 7% ao ano, permitindo que a renda regional dobrasse em dez anos.

Presentemente, possui o Nordeste potencial para um crescimento ainda mais acelerado, capaz de permitir, em futuro próximo, um programa econômico auto-sustentável, de modo a diminuir as disparidades regionais, ampliar as

---

(2) O Banco do Nordeste do Brasil S.A., criado em 1952, conta com uma participação acionária de 70% do Governo Federal. Trata-se de maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, sendo que as suas atividades de fomento do desenvolvimento se realiza através da assistência financeira, estudos e pesquisas, treinamento e programas especiais.

(3) A SUDENE é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Interior, criada em dezembro de 1959 como entidade de coordenação dos investimentos públicos no Nordeste e para orientar a aplicação de recursos do setor privado.

oportunidades de emprego para uma população que cresce explosivamente e aumentar sua contribuição para o crescimento nacional.

Isso não significa, contudo, que a região tenha resolvido todos os seus problemas. Apesar de sua relativa alta taxa de expansão, o setor agrícola continua congestionado pela baixa produtividade e carente de um esforço extraordinário de organização e de aumento de eficiência.

No entanto, essa questão crucial para o desenvolvimento regional vem sendo atacada nos últimos anos através de uma combinação de medidas cujos resultados iniciais corporificam uma experiência relevante na solução de problemas da agricultura de uma região que parecia predestinada à estagnação e à pobreza.

A mais acentuada característica da história econômica do Nordeste tem sido o predomínio das atividades agrícolas coexistindo com um setor industrial de pouca importância e dinamismo. A intrigante opção e de política econômica para o desenvolvimento desses dois setores, contudo, resultou em uma abordagem fortemente industrialista nas primeiras fases dos programas de desenvolvimento regional.

Em decorrência disso, viu-se emergir na Região um setor industrial forte, moderno e competitivo, enquanto a agricultura apenas crescia extensivamente. A necessidade de se atentar simultaneamente para os dois setores básicos determinou, nos anos recentes, o estabelecimento de diretrizes para a ativação também do setor agrícola como elemento complementar e de suporte ao desenvolvimento econômico geral.

A adoção dessa filosofia econômica de integração do desenvolvimento teve também como elemento decisivo a convicção política e estratégica de que não mais serão toleráveis o atraso e as inadequadas condições sociais prevalentes no quadro rural do Nordeste.

## 2. *As Dimensões e o Quadro Recente da Agricultura do Nordeste*

### a) O Produto Agrícola e o Emprego

Em 1970, encontravam-se radicados no setor rural do Nordeste pouco menos de 60% da população regional, ou seja, 16.694 mil habitantes, dos quais 4.643 mil eram pessoas

economicamente ativas. Comparativamente com a força total de trabalho ocupada, o emprego agrícola representava 63%, relação que já fora de 70% em 1960 e de 73% dez anos antes. Isto significa que, presentemente, 2/3 da população que trabalha na agricultura em todo o País estão trabalhando no Nordeste.

Por outro lado, o produto agrícola do Nordeste foi estimado, para 1972, em US\$ 2,1 bilhões, correspondente a 30% do produto regional. Esta participação da agricultura na geração da renda social do Nordeste também vem declinando nos últimos anos, como reflexo das transformações estruturais por que a economia está passando.

A fim de se compreender a vitalidade econômica da agricultura do Nordeste convém mencionar que ela cresceu firmemente nos últimos dez anos, a uma taxa média anual de 5 a 6%, ritmo incomum para esse setor nas economias subdesenvolvidas. Não menos importante também é saber-se que, entre 1947-70, a participação da produção agrícola do Nordeste em confronto com o Brasil, elevou-se de 19 para 23%.

Este fato se explica, todavia, face à disponibilidade de terras agricultáveis incorporadas ao processo produtivo à proporção que a população rural crescia e passava a ocupar terras novas na fronteira agrícola.

Tal modalidade de expansão, contudo, não favoreceu o aumento da produtividade. Este se manteve, em média, praticamente inalterada para a maioria das culturas, tendo em vista que se tratava de um setor pouco capitalizado e de tradição tecnológicas rotineiras. Neste particular é necessário frisar também o efeito irrisório da mecanização sobre os resultados agrícolas. Em 1970 existiam apenas 3 tratores por 1.000 estabelecimentos rurais, proporção que, em São Paulo alcançava 200 tratores. Em decorrência disso, a área cultivada por trabalhador era, nesse ano, de dois hectares, apesar de referida relação haver sido de apenas um hectare dez anos antes.

Conjugando-se a baixa produtividade das culturas e a restrita capacidade do agricultor em explorar glebas maiores, resulta em que a renda média do setor seja baixa. De fato, estima-se que, em 1972, o produto "per capita" da agri-

cultura era de US\$ 142, correspondente a 60% da renda "per capita" regional, e bastante aquém dos níveis obtidos no quadro urbano.

Conquanto prevaleçam essas características no quadro rural do Nordeste, é oportuno mencionar que, mesmo assim, tem havido um aumento de produtividade por unidade de mão-de-obra, um dos indicadores importantes do ponto de vista do desenvolvimento.

Evidência disso pode ser constatada pelo diferencial de crescimento do emprego rural e do produto agrícola regional. Como se mencionou antes, o produto agrícola tem evoluído em torno de 5 a 6% em termos reais enquanto o emprego nesse setor crescia numa média de 2%. Temos, pois, um crescimento da produtividade da mão-de-obra de 3 a 4%, a grosso modo, no período. Isto significa um incremento de produtividade superior ao que se obteve no Brasil como um todo nesse setor e mais elevado do que o alcançado nas atividades urbanas do Nordeste.

Sabe-se que o aumento da produtividade da terra e por animal foi negligenciável e não contribuiu para esse fenômeno. O fator que concorreu poderosamente para esse resultado foi o aumento da área cultivada por trabalhador. Esta dobrou durante o período, consequência do aumento da mecanização e de uma mais efetiva utilização do subemprego da mão-de-obra por força das emigrações rurais da população mais jovem.

#### b) *As Principais Atividades Agrícolas e as Exportações*

A estrutura da produção agrícola regional tem apresentado, nos últimos anos, a seguinte constituição: 65% de lavouras, 28% de produção animal e derivados e 7% de produtos extrativos vegetais.

Dentre as culturas mais importantes se destacam a cana-de-açúcar, o algodão, a mandioca, o feijão, o cacau e o milho. Os dez principais produtos concentram 84% da produção do total das lavouras. Há, contudo, uma variada diversificação de culturas que, mesmo não sendo importantes no cômputo geral, são por vezes significativas no âmbito local onde ocorrem, tais como: o fumo, o abacaxi, o sisal e a mamona, para citar apenas alguns. A metade da produção agrícola é constituída de matérias-primas. Na sua maio-

ria, são quase totalmente beneficiadas na própria região, onde se concentra um dos mais importantes parques industriais do açúcar, oleaginosas e têxtil, sendo que este último é um dos mais modernos do País.

Quanto à pecuária, existiam no Nordeste em 1970, segundo o Escritório de Estatísticas Agropecuárias do Ministério da Agricultura, mais de 20 milhões de cabeças de vacum, 17 milhões de suínos, 9,2 milhões de ovinos e 12 milhões de caprinos. O Nordeste é uma das mais antigas áreas de pecuária do País. Apesar de haver perdido a hegemonia nesse campo de atividade no que tange à criação de bovinos e suínos, a participação nordestina em relação ao Brasil é de 40% em ovinos e 78% em caprinos. Fato notório é que, até o presente, toda a produção de carne, leite e outros derivados desse imenso rebanho se destina unicamente ao atendimento das necessidades de proteínas da população regional.

Constituem uma peculiaridade da agricultura do Nordeste as atividades extrativas que regularmente têm contribuído como fonte alternativa de geração de renda dos rurícolas em alguns dos Estados nordestinos. Os produtos extrativos mais tradicionais são: o babaçu, a cera de carnaúba, a piaçaba, a oiticica e a castanha de caju que constituem matérias-primas importante para a indústria local.

Na verdade, a Região detém a supremacia nacional na produção desses artigos. Alguns deles somente são encontrados no Nordeste brasileiro, constituindo-se a região fornecedora exclusiva do produto no mercado externo.

Quanto às exportações regionais de produtos agrícolas tem-se a mencionar que, em 1971, cerca de 14% das exportações brasileiras se originaram do Nordeste, totalizando US\$ 403 milhões, dos quais 95% correspondia a produtos agrícolas em bruto e em diferentes graus de elaboração.

É bastante diversificada a composição por produto do comércio externo da Região. Sete produtos, contudo, reúnem uma percentagem média de 85% do valor total das exportações. Alguns deles, na verdade, são produzidos com a finalidade predominante de exportação, tais como: açúcar (62%), cacau (80%), óleo de mamona (98%), fumo (60%), sisal (53%), cera de carnaúba (58%), algodão (22%), castanha de caju (64%), para citar apenas alguns. Acrescentando-se a essas exportações as vendas da região para o comércio inter-regional, referidas proporções ainda se eleva-

riam mais. De fato, são exportados pelo Nordeste, por vias internas, mais de US\$ 100 milhões de produtos agrícolas correspondendo a 25% das transações totais com essa destinação.

O Nordeste tem apresentado tradicionalmente uma balança comercial favorável com o exterior. Em contrapartida, verifica-se um “deficit” da balança comercial em suas transações com o resto do País. Resulta desse mecanismo triangular de comércio uma transferência de recursos da região, através de um sistema singular do mecanismo cambial e de preços.

A economia nordestina, que se organizou como uma economia fornecedora de matérias-primas, mantém atualmente um coeficiente de exportação para o exterior da ordem de 6/7%, sendo praticamente auto-suficiente quanto a quase totalidade dos alimentos e dos insumos agrícolas de que necessita aos padrões de utilização vigentes. Se bem que isso ocorra do ponto de vista da economia como um todo, diferentemente se verifica quando ao setor agrícola isoladamente. De fato, considerando-se a demanda agregada do setor, verifica-se que a parcela da produção destinada à exportação para o exterior e para o resto do País representa 20%.

As exportações do Nordeste, afora anos isolados, conservaram-se até 1968 com um crescimento de aproximadamente 3% a.a. Enquanto isso ocorria, era atribuída ao comércio com o exterior ênfase no contexto das políticas de desenvolvimento nacional, o mesmo ocorrendo quanto ao Nordeste que se integra coordenadamente com as diretrizes da política econômica do País. O sucesso das iniciativas nesse particular, obtidas em âmbito nacional, também se refletiram na Região, deflagrando uma vigorosa ofensiva em busca de novos mercados e de incremento das suas exportações para os mercados tradicionais.

Isto se deve à compreensão de que a aceleração das taxas de crescimento do Nordeste teria como condicionante a ampliação dos mercados que a economia nordestina isoladamente ainda não pode oferecer.

A Região, porém, não se restringiu às promoções exportadoras apenas de artigos primários. A diversificação da pauta de exportação se evidenciou como objetivo deliberado e consciente, tendo em vista que a região conta com relativa disponibilidade de matérias-primas não devidamente ex-

ploradas com esse fim, mão-de-obra abundante e um setor industrial capaz de competir nesses mercados em igualdade de condições com outros fornecedores. Não são poucos os produtos tanto agrícolas como industriais que o Nordeste apresenta vantagens comparativas, além de locacionalmente encontra-se o mais próximo dos importantes mercados europeus e norte-americano.

Face aos aspectos comentados, a SUDENE implantou em colaboração com o BNB e os governos estaduais um sistema de promoção das exportações. Atualmente já se encontram instalados três núcleos promocionais nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, além de três escritórios estaduais no Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

A partir de 1968 as exportações nordestinas passaram a crescer mais intensamente, sendo que desse ano até 1970 o aumento das vendas para o exterior haviam evoluído em valor de 36%. Nos anos de 1971 e 1972 os resultados foram ainda mais favoráveis com incrementos na receita cambial 10% e 39%, respectivamente.

Por estas e outras razões é que se atribuiu no Nordeste ênfase especial ao nível da produção e da promoção das exportações para que esse potencial de oportunidades seja revertido positivamente em função das aspirações de progresso da Região.

### c) *A Utilização da Terra*

Existiam no Nordeste, em 1970, 2,2 milhões de estabelecimentos agrícolas, com uma área total de cerca de 80 milhões de hectares.

A diferenciação ecológica, econômica e social gerou no Nordeste diversas formas de distribuição da terra, onde as pequenas e as grandes propriedades representam os maiores problemas estruturais. Não obstante, o Governo Federal já dispõe dos instrumentos legais para a efetivação da reforma agrária e, de fato, deu início às providências nas áreas prioritárias selecionadas no Nordeste para essa finalidade. A implantação da reforma agrária nessas áreas prevê vários tipos de assistência à economia rural, tais como: centros de desenvolvimento de comunidades, áreas de demonstração de práticas agrícolas e núcleos de extensão e de assistência rural e de crédito.



Independentemente desses aspectos organizacionais do setor agrícola, a utilização da terra nos estabelecimentos agrícolas está distribuída de modo que 14% se destinam ao cultivo de lavouras, 34% a pastagens, 24% a matas e o restante corresponde a terras incultas e improdutivas.

Em termos absolutos, a área utilizada com lavouras correspondia a 10 milhões de ha e as pastagens a 28 milhões de ha, dos quais cerca de 20% eram de pastos artificiais.

Aspecto relevante a destacar quanto à utilização das áreas agrícolas do Nordeste diz respeito ao sistema pluvial. De fato, não é uniforme o regime de chuvas no Nordeste. Em algumas zonas as precipitações são elevadas; mas a predominância é de áreas de baixa pluviosidade, com distribuição irregular das chuvas, além da ocorrência de secas periódicas que afetam profundamente os níveis de produção agrícola, renda e emprego da Região.

A zona semi-árida do Nordeste corresponde a uma superfície de 51% de toda a área da Região onde incidem os maiores problemas nesse particular e onde as temperaturas médias anuais são muito elevadas (23 a 27°C). Por outro lado, além de áreas intermediárias, existem 26 milhões de ha com precipitações que ultrapassam 1.000mm anuais, localizados na sua maior parte na costa da região. Além disso, no Estado do Maranhão encontram-se áreas típicas da floresta equatorial, integrada à Amazônia, com precipitações superiores a 2.000mm anuais.

A zona semi-árida do Nordeste, que compreende uma superfície de 72 milhões de ha de solos semi-áridos, constitui a área mais problemática e de atenção do Governo Federal, pois é nela que se encontram 40% da população regional. Existem, contudo, nesta zona, 249 açudes públicos com capacidade total de 11 bilhões de metros cúbicos, com bacias de irrigação utilizáveis de 1 milhão de ha, os quais somente recentemente começaram a ser explorados com essa finalidade. Sobre o assunto vale referir que o Plano Nacional de Irrigação prevê que até 1975 deverão estar em fase de utilização 37 mil ha em todo o Nordeste. Acrescente-se a esse potencial de áreas favoráveis da zona semi-árida mais 560 mil ha localizados nas serras úmidas que podem ser aproveitadas agricolamente, sem os problemas peculiares das demais áreas dessa zona.

Portanto, o Nordeste como região tropical semi-árida se diferencia das demais regiões brasileiras pelos seus problemas e pelas soluções que estão sendo adotadas para o seu desenvolvimento agrícola.

### 3. *Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura Regional*

#### a) O Crescimento e as Transformações Estruturais

A renda interna total do Nordeste cresceu a uma taxa de 6,5% ao ano de 1960-65, estimando-se que, a partir desse ano até 1970, tenha evoluído de 7% ao ano, aproximadamente.

Os resultados do estudo de Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980, realizado pelo Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, indicam que a economia da Região tem viabilidade de crescer, na presente década, a uma taxa geométrica de, aproximadamente, 10% ao ano (4).

A consecução dessa taxa média decorrerá de uma evolução setorial de 6,5% na agropecuária, 14,8% no setor industrial e 10% no setor serviços. Como decorrência dessas diferenças nas taxas de crescimento setorial, deverá ocorrer uma modernização estrutural da economia entre 1971-80. De fato, enquanto em 1971 a agricultura participava com 29,5% da renda regional (5), estima-se que, em 1980, tal percentagem deverá cair para 22,2%, enquanto a indústria, que contribuíra com 15,1%, passará para um percentual igual ao do setor agrícola. O setor serviços manterá praticamente a mesma posição no período, com participação, em 1980, de 55,6%.

Fato notável a registrar é que na década de quarenta e cinquenta, apesar de a economia regional ter mantido uma tendência de crescimento constante, a estrutura da economia nordestina permaneceu praticamente inalterada, refletindo

---

(4) Segundo estimativas preliminares elaboradas pela SUDENE, o crescimento do produto interno bruto do Nordeste, em termos reais, foi de 10,2 entre 1970-71 e 8,7% entre 1971-72. Face às excepcionais condições pluviiais deste ano, na Região, espera-se que tal evolução seja excepcional em 1973.

(5) Para esse cálculo foram deduzidas do produto bruto da agricultura as despesas do consumo intermediário, que não ocorrem para os dados nível estadual, publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

o fato de que nunca houve um programa capaz de dinamizar a economia do Nordeste no sentido autêntico dos padrões de desenvolvimento.

Com base nessas taxas de crescimento, a renda "per capita" da Região dobrará em 10 anos, chegando, em 1980, a cerca de US\$395 contra US\$ 215 em 1971, ano base de referência dos estudos do BNB para a década.

Do ponto de vista ocupacional, estima-se que, durante a década de setenta, ocorrerá uma oferta adicional da mão-de-obra no quadro rural de 1.125 mil unidades de trabalho, contra uma capacidade de absorção no período de 1.185 empregos. Isto significa que o crescimento da agricultura do Nordeste ensejará o aumento do emprego da mão-de-obra agrícola de 4.643 mil em 1970 para 5.828 mil em 1980, reduzindo o "deficit" de emprego de 10% (515 mil pessoas) para 7% (455 mil pessoas).

Segundo esses cálculos, a participação da agricultura no emprego de mão-de-obra regional decrescerá, porém, de 66% em 1970 para 56% em 1980, refletindo-se também nesse particular as transformações estruturais mencionadas.

#### b) A Modernização e a Diversificação

O balanço entre demanda e oferta de inúmeros produtos do Nordeste apresentariam um "deficit" potencial em 1980 caso a produção se mantivesse crescendo unicamente com base na tendência registrada nos últimos quinze anos. A um nível constante de produtividade o atendimento da demanda efetiva calculada exigiria, um incremento da área cultivada na década de 10 milhões de hectares, ou seja, dobrar a área utilizada em 1970.

As vastas extensões territoriais do Nordeste poderiam fazer supor que não há limitações para a continuidade do modelo extensivo de crescimento da agricultura regional, conforme ocorreu até o presente. A terra adequada para uma agricultura rentável, todavia, está se tornando escassa no Nordeste, não só em face da qualidade dos solos, como pela carência de uma combinação terra-água que constitui o fenômeno marcante dos problemas agrícolas regionais.

A maioria das terras consideradas como agricultáveis estão situadas em locais de difícil acesso, implicando em sua utilização custos elevados, tendo em vista a necessidade de

criação de infraestrutura atualmente inexistente. Outro aspecto que merece destaque se refere à vocação das terras e às condições ecológicas que podem não se prestarem para a produção agrícola compatível com a estrutura de demanda prevista.

Considerando-se as disponibilidades de áreas agricultáveis ao nível estadual, estimou-se que em Pernambuco e Paraíba o ponto crítico da extensão das reservas de terras aproveitáveis se verificará entre 1980-90, admitindo a hipótese de inalterabilidade dos níveis de produtividade, sendo que, teoricamente, neste último ano já deverá ocorrer um "deficit" de mais de 1 milhão de hectares em cada um dos referidos Estados. Quanto ao Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, antes do final dos próximos dez anos já não poderão expandir suas áreas extensivamente.

Maranhão, Piauí e Bahia são os únicos Estados do Nordeste onde parece não existir problema de escassez de terras. Subsiste, contudo, a dúvida quanto à viabilidade econômica de utilização para muitas culturas.

Embora este fator possa ser indicativo da necessidade de cuidar-se da reconstrução do setor agrícola em novas modalidades, não encerra o elemento básico das atenções regionais.

O maior problema para o Nordeste será como aumentar a produtividade e níveis de renda para crescente quantidade de agricultores, quaisquer que fossem as disponibilidades de terra.

Grande parte dos ganhos de produtividade nos períodos iniciais poderá ser obtida através do melhor uso os recursos existentes e os serviços auxiliares. Não é necessário insistir, porém, na importância da utilização de novos recursos de capital, especialmente nos programas de irrigação, colonização, reestruturação agrária ou expansão das fronteiras agrícolas onde se mostrar recomendável.

Modernização da agricultura pode significar muitas coisas. Para o Nordeste, corresponderá fundamentalmente aumentar a produção por área, melhorar o sistema de comercialização, evitando desperdícios e aumentando a participação do agricultor no produto do seu trabalho. Será co-

mo utilizar novos métodos ou adaptar as atividades agrícolas às condições climáticas e de solos da Região, de modo que permita maior estabilidade de renda e de emprego do setor.

Entende-se, finalmente, que o desenvolvimento agrícola deve revestir-se de um aspecto de revolução que caracterizou a indústria em muitos países e que eclodiu, em anos recentes, no próprio Nordeste do Brasil.

De fato, no espírito dos governantes, técnicos e muitos agricultores do Nordeste opera-se uma autêntica revolução. A sua atitude, por tradição conformista, sucede um vivíssimo desejo de modernização e progresso econômico-social consciente.

A determinação do Nordeste e do Governo Federal em atingir esses objetivos resultou no estabelecimento recente de medidas de largo alcance e significativo impacto nos próximos anos. Exemplo disso são os Programas de Integração Nacional, de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Nordeste, Programa do Vale do São Francisco, de Irrigação e de Reforma Agrária de áreas prioritárias, mobilizando recursos de uma magnitude sem precedentes históricos.

É difícil prever os resultados de todas as realizações em curso no Nordeste quanto ao desenvolvimento agrícola futuro. Fácil, contudo, é constatar os reflexos dessa grandiosa revolução através dos projetos de irrigação florescentes, dos milhares de campos de pesquisas e demonstrações do uso de fertilizantes, da introdução de novas culturas em extensas áreas, do fomento organizado de novos métodos, da pesquisa agrônômica racionalizada e objetiva, dos incentivos governamentais ao setor privado para instalação de empresas agrícolas, de um sistema de crédito amplo e eficiente, da sustentação dos preços agrícolas e de inúmeras medidas racionalizadoras dos processos de comercialização.

Enfim, o Nordeste foi conduzido muito naturalmente, à atividade agrícola no passado. Durante a década de setenta, porém, haverá uma concepção deliberada de desenvolvimento agrícola, como elemento de elevação dos padrões de bem-estar da população e como fator essencial ao desenvolvimento industrial a que se aspira.